

## Das Desigualdades Às Temporalidades: Modos De Ver e Produzir Sentidos Sobre a Pobreza No Brasil<sup>1</sup>

Daniela Savaget Barbosa REZENDE<sup>2</sup>  
Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz

### RESUMO

Este ensaio objetiva discutir as relações entre as temporalidades e as desigualdades sociais em comunicação e saúde, a partir de seu imbricamento nas construções simbólicas que envolvem a pobreza no Brasil. Situa-se num conjunto de preocupações relacionadas ao tema, interesse de uma pesquisa de doutorado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, cujo objetivo é estabelecer e qualificar a relação da dimensão simbólica da miséria com as desigualdades sociais em saúde, a partir de três áreas: Estado, Mídia e População. Para este artigo, especificamente, trazemos a teoria de Boaventura de Sousa Santos sobre o tempo e a confrontamos com situações referentes à temática da pobreza. Propomos, assim, pensar a relação entre as desigualdades sociais, a pobreza e as temporalidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** desigualdades; comunicação e saúde; pobreza; temporalidades; invisibilidade.

### Sobre a lógica das temporalidades: introduzindo questões

*“Meu nome é Amadeu, vim da Paraíba para o Rio aos 20 anos. Na época, me indicaram para um trabalho de decoração em uma loja do Catete. Houve um desentendimento e saí de lá, mas não do bairro. Gosto daqui, tem a praia pra ver... Vou ficando. Estou sempre com o rádio para ouvir música, mas agora ele pifou.”*

*Amadeu poderia ter falado com toda essa fluidez, mas experimentamos silêncios entre uma resposta e outra, sempre precedida da palavra difícil. Difícil sonhar, difícil dar conselho, difícil lembrar do passado, difícil saber o que quer fazer de agora em diante. Ele diz que, se for para viajar de novo, só para Paraíba. Mas tem medo, pela possibilidade de estar tudo diferente. Então, vai ficando. Difícil. Perguntei quantos anos ele tem: 42, sou de 1958. Não quis avisar que, na verdade, são 56. O tempo é a gente que faz.*

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 6 - Interfaces Comunicacionais, do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS), do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Orientada pela Prof. Dra. Inesita Soares de Araujo. E-mail: [danielasavaget@gmail.com](mailto:danielasavaget@gmail.com).

---

*(Rio Invisível em Flamengo, Rio de Janeiro, Brasil, 2015).*

*Levi veio se despedir, mas eu não estava.  
Veio me avisar que iria partir de Minas Gerais para o Espírito Santo.  
- Vou buscar uns documentos, pra tentar aposentar -, avisou.  
Foi.  
Ele e o seu carrinho de mão colorido.  
- São 45 dias de caminhada na ida e mais 45 dias de caminha na volta -, explicou.  
Foi.  
À pé.  
Fazem mais de 30 dias...  
(Levi, ex-morador das ruas de Belo Horizonte,  
atualmente em alguma estrada rumo à Vitória)*

Boaventura de Sousa Santos é Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Diretor do Centro de Estudos Sociais, também da Universidade de Coimbra. O pesquisador é (re)conhecido pelos estudos nas áreas da epistemologia, sociologia do direito, teoria pós-colonial, democracia, interculturalidade, globalização, movimentos sociais, direitos humanos, entre outros.

Na teoria e na prática, Santos vivencia o que é central em sua obra: a divisão entre Norte e Sul. Para ele, o mundo é separado nesses dois extremos, mas a divisão não deve ser observada apenas na perspectiva geográfica, mas também pelas relações cotidianas.

Para tratar de tais relações entre Norte e Sul e as perspectivas teóricas e concretas que envolvem essa dicotomia, o autor (SANTOS, 2005) descreve o que denomina de sociologia das ausências. Trata-se de um procedimento investigativo que busca demonstrar que aquilo que parece não existir em determinada sociedade teve essa invisibilidade ativamente produzida por relações sociais injustas e predatórias.

Ainda para o autor, existem formas específicas de produzir não-existências por meio de práticas sociais. As lógicas de produção das não-existências constituem-se como monoculturas que são divididas, pelo pesquisador, em cinco dimensões:

- 1) **Epistemológica** (a monocultura do saber considera a ciência moderna e a alta cultura como padrões únicos de verdade);
- 2) **Temporal** (a monocultura do tempo linear se constitui na perspectiva hegemônica da temporalidade ocidental, rumo ao progresso);
- 3) **De classificação social** (cria categorias sociais que naturalizam hierarquias, desigualdades e injustiças);

- 4) **Escalar** (a lógica da escala dominante tem o neoliberalismo como a escala de excelência);
- 5) **Produtiva** (enxerga o crescimento econômico como um objetivo racional inquestionável).

Segundo o autor, tais ecologias representam:

[...] formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão presentes apenas como obstáculos em relação às realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, confirmam meramente o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir. (SANTOS, 2005, p. 24).

Neste trabalho, focamos nossa concentração numa das sociologias acima apontadas: a **lógica das temporalidades**. Isso quer dizer que entendemos que o tempo é construído histórica e socialmente nas diferentes sociedades e que o tempo linear, conforme observamos nas sociedades produtivistas, nem sempre é o tempo das sociedades desiguais.

### ***Tempo, tempo, tempo, tempo... Num outro nível de vínculo***

A lógica da classificação social do tempo como a conhecemos - de forma naturalizada e dominante - é linear. Ou seja, a história, segundo as sociedades dominantes, possui um sentido linear e corre para o progresso. Por essa perspectiva, o tempo também caminha para o progresso, diferenciando as culturas desenvolvidas (ligadas aos países centrais) das culturas atrasadas (centradas nos países periféricos).

Nesse sentido, Santos denuncia que, por meio das chamadas monoculturas, temos forjadas uma maneira única de conhecimento e de existência. Uma maneira de ver a sociedade de uma perspectiva ocidental e incapaz de admitir que seja possível sobreviver em outra lógica temporal. Pela tese do pesquisador, tal forma de racionalidade hegemônica tem repercussões não apenas no presente, mas também no futuro.

A perspectiva está alinhada com a própria definição de temporalidade: quando uma atividade está sujeita a algum tipo de limitação do tempo, costumamos falar em temporalidades. Boaventura de Sousa Santos nos mostra em suas obras, entretanto, que cada cultura tem as suas especificidades, o seu tempo, logo, a sua própria forma de organização. Entender essa ideologia seria, portanto, valorizar culturas desiguais e não necessariamente hegemônicas. Como exemplo, o pesquisador cita a cultura do índio, mas podemos pensar, nessa mesma lógica, na cultura de pessoas em situação de pobreza

---

extrema, ou mais especificamente em pessoas em situação de rua (como Amadeu e Levi, personagens reais, apontados em nossa epígrafe).

Acreditamos, então, que entender a lógica das temporalidades representa uma forma de valorizar também pessoas em situação de extrema pobreza, suas diferenças e as construções simbólicas que as envolvem. Como Boaventura de Sousa Santos nos indica em suas obras, devemos questionar a racionalidade dominante que produz ativamente como não existentes as experiências sociais alternativas, ocultando todas as temporalidades existentes e possíveis de existir.

Entendemos, assim, o cenário das desigualdades sociais em suas interfaces diretas com a pobreza (e/ou pobreza extrema – miséria), precariedade no acesso aos serviços de saúde e, como consequência de tudo isso, no acesso aos direitos (incluindo a comunicação), como um cenário participante dessas experiências sociais excluídas e como uma tentativa de fazer ver outras temporalidades existentes<sup>3</sup>. O cenário reflete, ainda, na invisibilidade social. O campo nos leva, por exemplo, aos pobres brasileiros, tão visibilizadas que acabaram por ficar na invisibilidade, na carência, no negligenciamento e no campo da falta de direitos. A ideia se traduz em provocação antiga de Fausto Neto (1976), a comunicação pode ser pensada a partir do par visibilidade/invisibilidade, como resultado das relações assimétricas de uma mesma sociedade.

Se tivermos, de fato, um diálogo entre as diferenças, poderemos perceber que as práticas sociais são dotadas de racionalidades e temporalidades próprias, que, por sua vez, existem em um espaço social mais amplo. Nessa perspectiva, a ideia de que o tempo é linear é apenas uma perspectiva entre tantas outras concepções do tempo.

### **Pobreza X progresso**

Grande parte da concepção linear construída pelas sociedades produtivistas tem relação direta com a ideia de progresso, conforme já apontado anteriormente. Assim

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar aqui, já que tocamos na temática desigualdades em suas interfaces com a pobreza e com a Comunicação e Saúde, que nosso entendimento deste campo está centrado nos conceitos de Araujo e Cardoso (2007), que afirmam que os dois campos – Comunicação e Saúde - são justapostos horizontalmente. Assim, evita-se a lógica de subordinação existente nas locuções Comunicação “em” ou “para” Saúde. Para as autoras, o campo da Comunicação e Saúde constitui “uma forma específica de ver, entender, atuar e estabelecer vínculos entre estes campos sociais” (CARDOSO e ARAUJO, 2006, p.94). A abordagem foge, assim, da perspectiva instrumental que muitos tratam ao estudar/pesquisar comunicação “para” ou “em Saúde.

também são as construções simbólicas sobre a ideia de pobreza e seus sentidos: a relação entre pobreza e progresso e a construção histórica e social estabelecida entre elas é bastante antiga. Muito antes do século XIX, da consagrada história de Victor Hugo, *Os Miseráveis*, a pobreza e a miséria já figuravam como uma construção social, e em muitas fases e perspectivas estabeleceram relações diretas com a perspectiva de progresso.

Segundo o historiador Michel Mollat (1989), a Idade Média (V- XV) foi a precursora da construção social do que entendemos pela figura do homem pobre. Resumidamente observamos, nessa época, que em um primeiro momento a pobreza é relacionada a uma prática da caridade (para “abrir as portas do céu” era preciso doar esmolas e dedicar tempo e cuidado aos pobres). Em segundo lugar, a pobreza passou a ser vista como indigência e, em seguida, a condição de pobreza provocou a revolta dos pobres, o que explodiu em uma série de rebeliões (MOLLAT, 1989).

Neste período histórico, a diaconia executava o papel de assistente dos pobres e a visão da pobreza como carência foi permanente: “Jamais se pensou em suprimi-la, desde as sequelas do pauperismo antigo e da regressão social e econômica dos tempos bárbaros, até o momento em que os contemporâneos da Renascença e da Reforma desenvolveram um sentimento de vergonha diante de um estado indigno do homem” (MOLLAT, 1989, p. 1).

Originalmente, o pobre tinha um sentido qualitativo, designando pessoas pertencentes a categorias sociais distintas, atingidas por uma carência específica: um homem pobre, um camponês pobre ou um clérigo pobre. Com o tempo, adquiriu um valor substantivo: a pessoa torna-se “um pobre” e seu emprego no plural passou a traduzir, quantitativamente, um grupo social. Já no final da Idade Média, os pobres passaram a ser confundidos com os marginalizados e delinquentes. Os cabarés eram, ao mesmo tempo, frequentados por pobres e criminosos e tornaram-se, assim, local de transição do pobre, que passou de mendigo a “malandro” (MOLLAT, 1989).

É nesse período que vimos emergir, ainda, a figura do excluído social. O vocábulo expressa de forma potente uma condição em que se está fora, em que não se é integrante, na qual não se pertence, em que não se tem lugar. Bronislaw Geremek (1995) analisa as representações dos pobres na literatura europeia do século XV ao XVII sob esta perspectiva de exclusão. O autor lembra que, com a saída do homem do campo, o número de miseráveis aumentou consideravelmente. A cidade não era capaz de absorver a demanda de trabalho vinda do meio rural e o camponês raramente se adaptava às

demandas e à própria realidade da cidade. Assim, os pobres que antes eram vistos com um olhar carinhoso e piedoso por parte da sociedade, como uma forma de garantir o perdão e o “reino dos céus”, tornaram-se um peso para esta mesma sociedade.

Conforme observamos a partir dos relatos dos historiadores citados, as sociedades antigas sofriam com a peste, a fome e as guerras. Entretanto, essas não eram questões produzidas pelas estruturas sociais. Ou seja, a pobreza era tida como flagelo e castigo (de Deus), de uma forma naturalizada, e as desigualdades sociais não eram problematizadas do ponto de vista social, econômico e/ político. Os pobres eram aqueles considerados incapazes de prover seu próprio sustento devido a uma designação divina: os doentes, as viúvas e os órfãos que encontravam dificuldades de sobrevivência devido às suas perdas, os camponeses “fugidos” da servidão... Todos eram considerados pobres e não era necessário “lutar” contra tal fato. A pobreza era uma condição para caracterizar o outro como caridoso e não existia, assim, um entendimento referente à desigualdade como “produto” das relações sociais.

É somente nos séculos XVIII e XIX que a ideia de “eliminar” a pobreza começa, aos poucos, a se fazer presente. Com o lançamento do Manifesto Comunista (1848), surge a crença de que era possível, sim, fazer uma sociedade menos desigual.

Caminhando para o século XX, observamos que as discussões referentes à temática perpassam conceitos da pobreza como juízo de valor, pobreza relativa e pobreza absoluta (ROMÃO, 1982). A pobreza como juízo de valor refere-se a uma visão subjetiva, acerca do que seria um grau suficiente de satisfação de necessidades. A percepção da pobreza como conceito relativo e absoluto, por sua vez, é uma abordagem de cunho macroeconômico.

A pobreza relativa tem ligação com a desigualdade na distribuição de renda. “A pobreza é interpretada em relação ao padrão de vida na sociedade: os pobres são os que se situam na camada inferior da distribuição de renda em comparação com os membros melhor aquinhoados da sociedade nessa distribuição” (ROMÃO, 1982, p. 358).

Em outras palavras, o conceito de pobreza relativa refere-se à situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos em relação a algum atributo desejado, seja renda, emprego ou poder. Assim, uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda *per capita* de parte da população.

Já a pobreza absoluta “se propõe quando são fixados padrões para o nível ‘mínimo’ ou ‘suficiente’ de necessidade - também conhecido como a *linha* ou limite da

---

pobreza” (ROMÃO, 1982, p. 360). Em geral, o padrão de vida é avaliado segundo preços relevantes, e a renda necessária para custeá-los é calculada. “Como se pode ver por essa definição, a pobreza absoluta expressada na opinião coletiva é derivada da convicção de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana” (ROMÃO, 1982, p. 360).

No caso do Brasil, especificamente, a identificação como um País pobre e atingido pela fome é muito recente na história. É apenas com a República (1889 e 1930) que a ideia de que algo deveria ser feito com a pobreza e a miséria em que viviam grande parte da população brasileira começa a ganhar força. Valladares (1991) nos lembra que foi no processo de transição para o sistema capitalista e suas relações sociais e de uma grande urbanização no Rio de Janeiro, que teve origem a preocupação brasileira para com a pobreza. Nesta época, muito focada na relação pobreza x saúde, ou seja, em garantir a saúde e a higienização da cidade.

Já os anos 50 e 60, segundo a autora, são caracterizados pela eclosão da pobreza e seu reconhecimento enquanto questão social. Diante desse novo entendimento, os pobres não são mais tidos como ociosos, mas sim como excluídos do sistema econômico, excluídos do progresso.

### **(In)visibilidade, comunicação, temporalidades e pobreza**

Vistos sob tal perspectiva - de exclusão do sistema econômico -, os pobres são, também, desenquadrados do sistema linear de tempo a que nos referimos no início deste ensaio. Estão – conceitualmente e simbolicamente - distantes do progresso e não caminham numa perspectiva linear. Embora o Brasil tenha criado, a partir de 2011, com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, metas próprias para a superação da pobreza, os pobres continuam enquadrados numa perspectiva que se opõe ao progresso do País.

Conforme visto ao longo da pequena retrospectiva histórica/social realizada, muitas são as interfaces possíveis entre o objeto descrito e as questões referentes às desigualdades sociais em saúde e às desigualdades sociais em comunicação e saúde. Para tratar da relação entre a saúde e a pobreza, é indispensável ter em mente questões referentes às desigualdades sociais em saúde, que podem, segundo Barata (2009), ser vistas como as diferenças no estado de saúde entre determinados grupos segundo características sociais.

---

Há, neste cenário, uma correlação entre desigualdades e invisibilidades geradas por diferentes parcelas da sociedade, inclusive pelo poder público. Em sociedades desiguais, os invisíveis podem ser chamados redundantes, conceito de Bauman (2005) ao designar os desnecessários da sociedade, os objetos fora do lugar, aqueles que são obrigados a conviver com o resto da sociedade, o que é legitimado pela capacidade de trabalho e consumo. O autor resume o conceito:

Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo fato de ser dispensável – tal como a garrafa de plástico vazia e não-retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou manchado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade” (BAUMAN, 2005, p.20).

São pessoas que precisam ser providas de condições de sobrevivência permanentes. E nada pior, no atual contexto social, político e econômico nacional, marcado pelo excesso de visibilidade, do que ser um “objeto fora do lugar” (BAUMAN, 2005).

A reflexão está muito próxima, também, do conceito de “subalterno”, proposto por Spivak (2010). Segundo a autora, o sujeito subalterno é aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12).

Entendemos, assim, que todas as faces do fenômeno de visibilidade/invisibilidade, por mais diversas que sejam, têm uma conotação política e cultural, repercutindo no planejamento, efetivação e avaliação das políticas de saúde. Desse modo, considera-se o termo visibilidade sob a perspectiva social.

A questão referente à invisibilidade também possui relação com a noção de ausência já citada por nós no início deste ensaio. A ideia, desenvolvida por Santos (2004), nos mostra que aquilo que “não existe” em nossa sociedade, na verdade foi produzido para manter-se assim - como algo oculto -, através de relações sociais injustas. Ou seja, a ausência permite que as desigualdades entre indivíduos “mais qualificados” e a população “desqualificada” sejam naturalizadas.

Para dialogar com as diferenças e desigualdades referentes aos mais distintos atores sociais brasileiros, entendemos a necessidade de trabalhar a trajetória proposta por Santos (2004, 2005 e 2008): inversa à dominante - de expandir o presente e contrair o

futuro -, buscando contrair a “exclusão abissal” por meio do abandono da concepção linear da história.

No contraponto de sua sociologia das ausências, que permite a identificação dos mecanismos de invisibilização, o autor oferece uma sociologia das emergências, que valoriza as experiências humanas “pequenas”, mas com significativas capacidades e possibilidades de provocarem transformações na sociedade.

A compreensão dos pobres e dos sentidos da pobreza no País excedem, em muito, a compreensão ocidental naturalizada por muitos pesquisadores e profissionais da academia, de tempo linear, rumo ao progresso. Entendemos, assim, conforme nos aponta Santos (2004, 2005), que as sociedades são constituídas de diferentes temporalidades. Para trabalhar com os sujeitos de pesquisa denominados pobres de forma naturalizada é preciso entender as temporalidades que possuem, tornando-as objetos críveis de avaliação política: cada definição prática e teórica do pobre e da pobreza vivenciará diferentes temporalidades e sentidos.

### **Considerações finais**

Para este ensaio, tomamos como base temáticas que para nós estabelecem relações naturais entre si: desigualdades em comunicação e saúde, invisibilidades, temporalidades e pobreza. Vale ressaltar, ainda, que tratamos as diferentes faces do fenômeno de visibilidade/invisibilidade a partir de uma conotação política e cultural, repercutindo no planejamento, efetivação e avaliação das políticas nacionais de saúde. Desse modo, considera-se o termo visibilidade sob a perspectiva social.

Assim, entendemos que a invisibilidade encontra forte expressão na noção de ausência, desenvolvida por Santos (2004), que nos mostra que aquilo que “não existe” em nossa sociedade foi produzido para manter-se como algo oculto: a ausência permite que as desigualdades entre indivíduos “mais qualificados” e a população “desqualificada” sejam naturalizadas.

As desigualdades nos remetem, por sua vez, às cinco ecologias propostas também pelo pesquisador em diferentes obras de seu pensamento teórico, ou seja, aos cinco modos de produção de não-existência: de saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das trans-escalas e da produtividade. A compreensão da lógica do tempo e sua vivência - temporalidade – é fundamental para o entendimento dos distintos momentos históricos

do mundo e, é claro, do Brasil. Isso inclui o entendimento da noção de pobreza e sua construção ao longo da história e nos diferentes territórios brasileiros.

Reafirmamos, assim, a perspectiva do pesquisador de que o reconhecimento das distintas temporalidades - o tempo do outro, que não está de acordo com o modelo tradicional de tempo proposto - representa um dos principais desafios para a construção da intersubjetividade. Cada cultura tem as suas especificidades, ou seja, o seu tempo e a sua forma de organização. E, mais que isso, podemos e temos, diferentes culturas em uma mesma sociedade.

Assim, compreender o tempo específico do outro é fundamental para valorizar a cultura do outro. Ou seja, conhecer o tempo das populações e sujeitos em situação de extrema pobreza no Brasil, compreende uma maneira de ver o mundo de forma diferente do paradigma científico tradicionalmente proposto, uma maneira de compreender como esses sujeitos produzem sentidos sobre a temática da pobreza e pobreza extrema (miséria) em sua interface com as desigualdades sociais em saúde e em comunicação.

### **Referências bibliográficas**

- ARAÚJO, I. S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007.
- BARATA, R.B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde?** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.
- BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Zahar, 2005.
- FAUSTO NETO, A. Incomunicação Rural: dependência e fatalismo. In: MELO, J. M. **Comunicação/incomunicação no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1976. p.85-103.
- GEREMEK, B. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia 1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUGO, V. **Os miseráveis**. Editora Cosac Naify, 2015.
- MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. São Paulo. 1989.
- ROMÃO, M.E.C. **Considerações sobre o conceito de pobreza**. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, Out./Dez. 1982.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, In: SANTOS, B. S. (org.), **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente**. São Paulo: Cortez Editora, 777-821, 2004.
- \_\_\_\_\_. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

---

\_\_\_\_\_. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI; Renato R.(Org).**Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1991.